

**Ao**

**Instituto CEM**

**Avenida Deputado Jamel Cecílio, n.º 2.496, Quadra B22, Lote 4E, Sala 26-A,  
Edifício/Condomínio: Condomínio New Business Style, Setor Jardim Goiás, CEP.  
74.810-100.**

**Goiânia – GO**

**At.: Diretoria**

Prezados Senhores,

Vimos pelo presente encaminhar o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas de Uso Geral, conforme entendimentos contidos na Resolução CFC NBCTA700 de 17/06/2016 que aprova a emissão do Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Financeiras Consolidadas, com atendimento dos aspectos contidos nas legislações inerentes às operações de entidades reguladas pelo Terceiro Setor, correspondente ao exercício encerrado em 31/12/2021.

Sendo só o que se apresentava para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

**DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC-GO Nº. 000757/O-6 / CVM Nº6971**

┌

┐

└

┘

**THIAGO SILVA MARINHO  
Contador, CRC/GO: 014432/O-5  
Sócio**

## SUMÁRIO

- 01. RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**
  
- 02. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:**
  - 02.1.1. Balanço Patrimonial.**
  - 02.1.2. Demonstração do Resultado do Exercício.**
  - 02.1.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.**
  - 02.1.4. Demonstração do Fluxo de Caixa.**
  - 02.1.5. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

## **I – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Aos

Administradores e Diretores do

**INSTITUTO CEM**

Goiânia – GO

### **Opinião**

Examinamos as Demonstrações Contábeis consolidadas do **INSTITUTO CEM**, levantado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações de Superávit e/ou Déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, para o exercício findo acima mencionado.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INSTITUTO CEM**, em 31 dezembro de 2021 e foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades do Terceiro Setor.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das movimentações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Sem modificar nossa opinião, destacamos o ponto a seguir, para conhecimento geral:

#### **1. Do prejuízo apurado no exercício**

A Entidade apresentou déficit em suas operações no ano de 2021 no valor de R\$ 338.901,51 (trezentos e trinta e oito mil, novecentos e um reais e cinquenta e um centavos).

## **Principais Assuntos de Auditoria - PAA**

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações Contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

As demonstrações contábeis do Instituto CEM correspondentes ao exercício findo em 31/12/2020, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por nós e emitido Relatório dos Auditores com ressalva, datado de 20/01/2021.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a Lei 6.404/1976, atualizada pelas Leis 11.638 e 11.941, bem como pelas normas aplicáveis às entidades do terceiro setor, especialmente aquelas inerentes aos atos do Ministério Público do Estado de Goiás sobre Fundações, mencionadas no parágrafo de opinião e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade, conforme requerido pelo Banco Central do Brasil em seus normativos.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem



## **Anexos**

### **I - CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

### **II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:**

**II.1 - Balanço Patrimonial.**

**II.2 - Demonstração do Resultado do Exercício.**

**II.3 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.**

**II.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa.**

**II.5 - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**





**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO**

**CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE GO**

Certidão n.º: GO/2022/00005231  
Nome: THIAGO SILVA MARINHO CPF: 934.187.791-15  
CRC/UF n.º GO-014432/O Categoria: CONTADOR  
Validade: 31.08.2022  
Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página [www.crcgo.org.br](http://www.crcgo.org.br), mediante número de controle a seguir:

CPF : 934.187.791-15 Controle : 4657.5599.6540.7167



Empresa: **INSTITUTO CEM**  
C.N.P.J.: 12.053.184/0001-37  
Balanço encerrado em: 31/12/2021

Folha: 0001

**BALANÇO PATRIMONIAL**

Código	Classificação	Descrição	2021 31/12/2021	2020 31/12/2020
2	1	<b>ATIVO</b>	<b>223.239.251,74D</b>	<b>79.410.543,33D</b>
3	1.1	<b>CIRCULANTE</b>	<b>18.666.368,48D</b>	<b>5.100.975,25D</b>
4	1.1.1	<b>CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>17.484.684,50D</b>	<b>4.941.623,25D</b>
5	1.1.10.2	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
7	1.1.10.202	BANCOS CONTA MOVIMENTO	2.615.545,96D	3.395.845,96D
9	1.1.10.204	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	14.869.138,54D	1.545.777,29D
14	1.1.2	<b>CRÉDITOS</b>	<b>26.903,18D</b>	<b>754,70D</b>
17	1.1.20.2	CREDITO COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
719	1.1.20.206	ADIANTAMENTO A COLABORADORES	6.167,15D	0,00
15	1.1.20.208	ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	20.736,03D	4,70D
21	1.1.20.210	TRIBUTOS A RECUPERAR	0,00	750,00D
11	1.1.5	<b>ESTOQUES</b>	<b>1.154.780,80D</b>	<b>158.597,30D</b>
726	1.1.50.2	ESTOQUE COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
614	1.1.50.201	ESTOQUE CONTRATO DE GESTÃO	979.142,72D	125.940,29D
615	1.1.50.202	ALMOXARIFADO	175.638,08D	32.657,01D
34	1.2	<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>99.898,55D</b>	<b>64.451,20D</b>
51	1.2.3	<b>IMOBILIZADO</b>	<b>99.898,55D</b>	<b>64.451,20D</b>
52	1.2.30.2	IMOBILIZADO COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
728	1.2.30.201	IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO E ADQUIRIDOS	99.898,55D	0,00
59	1.2.30.202	IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	0,00	64.451,20D
504	1.9	<b>ATIVO COMPENSADO</b>	<b>204.472.984,71D</b>	<b>74.245.116,88D</b>
505	1.9.1	<b>ATIVO COMPENSADO</b>	<b>191.709.760,51D</b>	<b>74.237.096,25D</b>
708	1.9.10.2	ATIVO COMPENSADO COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
709	1.9.10.201	CONTRATO DE GESTÃO NR.	175.690.064,70D	66.197.455,50D
506	1.9.10.4	IMOBILIZADO RECEBIDO EM COMODATO	16.019.695,81D	8.039.640,75D
512	1.9.2	IMOBILIZADO ADQUIRIDO	8.959.665,60D	8.020,63D
1128	1.9.3	ESTOQUE DE TERCEIROS	598.862,00D	0,00
1476	1.9.4	IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	3.204.696,60D	0,00
73	2	<b>PASSIVO</b>	<b>223.239.251,74C</b>	<b>79.410.543,33C</b>
74	2.1	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>15.153.665,27C</b>	<b>3.910.000,31C</b>
75	2.1.1	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>15.153.665,27C</b>	<b>3.910.000,31C</b>
76	2.1.10.2	PASSIVO CIRCULANTE COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
731	2.1.10.201	FORNECEDORES	10.486.504,83C	2.974.428,49C
95	2.1.10.205	OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	1.428.849,83C	255.023,53C
734	2.1.10.207	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	450.160,20C	122.818,78C
87	2.1.10.209	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	232.531,67C	271.314,21C
100	2.1.10.213	PROVISÕES TRABALHISTAS	2.123.207,62C	223.023,83C
553	2.1.10.216	CONTAS A PAGAR	42.416,31C	63.391,47C
702	2.1.10.217	CONTRATOS DE GESTÃO E CONVENIOS A EXECUTAR	389.994,81C	0,00
105	2.2	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>444.819,03C</b>	<b>444.819,03C</b>
106	2.2.1	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>444.819,03C</b>	<b>444.819,03C</b>
109	2.2.10.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
110	2.2.10.201	EMPRESTIMOS CONTRATADOS	444.819,03C	444.819,03C
121	2.6	<b>PATRIMÔNIO LIQUIDO</b>	<b>3.167.782,73C</b>	<b>3.454.265,22C</b>
122	2.6.1	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>3.167.782,73C</b>	<b>3.454.265,22C</b>
138	2.6.10.4	SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
139	2.6.10.401	SUPERAVIT OU DEFICIT AREA DE SAUDE	3.167.782,73C	3.454.265,22C
493	2.9	<b>PASSIVO COMPENSADO</b>	<b>204.472.984,71C</b>	<b>71.601.458,77C</b>
494	2.9.1	<b>PASSIVO COMPENSADO</b>	<b>204.472.984,71C</b>	<b>71.601.458,77C</b>
742	2.9.10.2	PASSIVO COMPENSADO COM RESTRIÇÃO	0,00	0,00
526	2.9.10.201	CONTRATO DE GESTÃO NRº	187.854.213,90C	63.459.621,18C
561	2.9.10.3	IMPLANTAÇÃO DE ESTOQUE	213,00C	102.196,84C
1129	2.9.10.4	ESTOQUE DE TERCEIROS	598.862,00C	0,00
495	2.9.10.6	IMOBILIZADO A DEVOLVER EM COMODATO	16.019.695,81C	8.039.640,75C

JEZIEL BARBOSA  
FERREIRA:47630841191

Assinado de forma digital  
por JEZIEL BARBOSA  
FERREIRA:47630841191

JEZIEL BARBOSA FERREIRA

CPF: 476.308.411-91

DANIEL SOARES  
DE FARIA:  
04271646130

Empresa Registrada no Conselho Superior de Arquivos e Documentos  
11/2019 - 11/2021 - Conselho Superior de Arquivos e Documentos  
11/2019 - 11/2021 - Conselho Superior de Arquivos e Documentos  
11/2019 - 11/2021 - Conselho Superior de Arquivos e Documentos  
11/2019 - 11/2021 - Conselho Superior de Arquivos e Documentos  
11/2019 - 11/2021 - Conselho Superior de Arquivos e Documentos  
11/2019 - 11/2021 - Conselho Superior de Arquivos e Documentos  
11/2019 - 11/2021 - Conselho Superior de Arquivos e Documentos  
11/2019 - 11/2021 - Conselho Superior de Arquivos e Documentos  
11/2019 - 11/2021 - Conselho Superior de Arquivos e Documentos

DANIEL SOARES DE FARIA  
Reg. no CRC - GO sob o No. 024184/O-9  
CPF: 042.716.461-30

Empresa: **INSTITUTO CEM**  
C.N.P.J.: 12.053.184/0001-37

Folha: 0002  
Número livro: 0011  
Emissão: 25/05/2022  
Hora: 19:13:15

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021**

Descrição	2021	2020
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(16.380.242,80)</b>	<b>(1.176.984,48)</b>
LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	(1.345.144,86)	(24.642,85)
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PJ	(15.400,00)	(2.200,00)
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	(128.040,44)	(9.030,00)
ALUGUEL DE IMOVEIS PF	(11.491,97)	0,00
LOCAÇÃO	(4.080,00)	0,00
SERVIÇO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE	(708.627,90)	(76.800,00)
SERVIÇO PROFISSIONAL ADVOCATÍCIO	(582.655,80)	(64.786,66)
SERVIÇO PROFISSIONAL DE AUDITORIA	(581.626,75)	(165.137,33)
SERVIÇO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA	(873.474,44)	0,00
SERVIÇO MANUTENÇÃO PREDIAL	(6.500,00)	0,00
SERVIÇO PROFISSIONAL DE CONSULTORIA	(200.570,01)	0,00
SERVIÇO TI/SOFTWARE	(167.923,92)	0,00
SERVIÇO APOIO ADMINISTRATIVO	(2.471.912,24)	(371.670,00)
SERVIÇO COMUNICAÇÃO E MARKETING	(441.189,29)	(60.000,00)
MANUTENÇÃO PREDIAL	(74.277,79)	0,00
MANUTENÇÃO VEICULAR	(15.040,00)	0,00
MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO	(21.433,91)	(2.994,16)
SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO SOFTWARE	(3.723.479,10)	(103.600,00)
SERVIÇO HARDWARE E INFRAESTRUTURA	(540.119,83)	(63.600,00)
MANUTENÇÃO E REPARO DE INSTALAÇÕES	(121.023,37)	0,00
MANUTENÇÃO E REPAROS DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(10.133,80)	0,00
MANUTENÇÃO DE PONTO ELETRÔNICO	(1.130,28)	0,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	(8.172,08)	0,00
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(1.547,00)	(1.007,31)
TAXAS CARTORIAL E JUDICIAL	(8.575,42)	0,00
MATERIAL DE LIMPEZA	(385,00)	0,00
PROPAGANDA/PUBLICAÇÕES E PERIODICOS	(1.318,19)	0,00
TELEFONE / INTERNET	(74.918,09)	(3.700,50)
LANCHES E REFEIÇÕES	(257.924,65)	(36.421,60)
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	(330.020,42)	(4.500,00)
DESPESAS COM TAXAS E CARTORIOS	(48.529,36)	(1.524,09)
VIAGENS E ESTÁDIAS	(182.136,07)	(31.150,00)
AUTO DE INFRAÇÃO	(15.360,00)	0,00
CUSTAS CARTORIAIS	(201,44)	0,00
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	(23.040,00)	0,00
UNIFORMES	(29.393,50)	0,00
DESPESAS COM SEGUROS	(5.062,50)	0,00
IMPOSTOS/TAXAS E CONTRIBUIÇÕES MUNICIPAL	(12.566,73)	0,00
IMPOSTOS/TAXAS E CONTRIBUIÇÕES ESTADUAL	(1.249,17)	0,00
MATERIAIS- RATEIO ENTRE UNIDADES	(622.863,55)	0,00
PESSOAL E ENCARGOS- RATEIO ENTRE UNIDADES	(12.051,27)	0,00
TRANSFERENCIA DE RECURSOS NSC REF. RATEIO	(293.473,06)	0,00
DESPESAS BANCÁRIAS	(25.896,50)	(4.745,00)
JUROS DESEMBOLSADOS	(28.266,84)	(36,78)
MULTA DESEMBOLSADOS	(56.032,61)	(4.258,53)
DESPESAS COM IRRF S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA	(69.557,07)	(81,64)
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO</b>	<b>(729.187,56)</b>	<b>2.185.252,98</b>
<b>(+/-) RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>390.286,05</b>	<b>533,46</b>
RECEITAS FINANCEIRAS		
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	388.912,94	533,46
DESCONTOS OBTIDOS	1.373,11	0,00
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(338.901,51)</b>	<b>2.185.786,44</b>

JEZIEL BARBOSA  
FERREIRA:47630841191

Assinado de forma digital por  
JEZIEL BARBOSA  
FERREIRA:47630841191

JEZIEL BARBOSA FERREIRA

CPF: 476.308.411-91

DANIEL SOARES DE FARIA  
04271646130

Assinado eletronicamente por DANIEL SOARES DE FARIA  
CPF: 04271646130  
Assinado de forma digital por DANIEL SOARES DE FARIA  
CPF: 04271646130

DANIEL SOARES DE FARIA  
Reg. no CRC - GO sob o No. 024184/O-9  
CPF: 042.716.461-30

Empresa: INSTITUTO CEM Folha: 0001  
C.N.P.J.: 12.053.184/0001-37 Número Livro: 0010  
Período: 01/01/2021 - 31/12/2021

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	RESULTADO ACUMULADO		Total
	SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO	SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	
Saldo em 31/12/2020	1.939.976,60	1.514.288,62	3.454.265,22
Saldo em 31/12/2021	1.939.976,60	1.514.288,62	3.454.265,22

DANIEL SOARES  
DE FARIA  
04271646130

Assinado digitalmente por DANIEL SOARES DE FARIA/04271646130  
CPF: 04271646130  
E-mail: DANIEL@DCAAUDITORES.COM.BR  
CNPJ: 12.053.184/0001-37  
Data: 2022.05.31 14:50:27-0307  
Fonte PDF Reader Versão: 11.22

JEZIEL BARBOSA  
FERREIRA:47630841191

Assinado de forma digital  
por JEZIEL BARBOSA  
FERREIRA:47630841191

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Atividades Operacionais</b>		
Lucro Líquido	(286.482)	2.185.786
Mais: Depreciação	-	-
Menos: Lucro na Venda de Imobilizado	-	-
Mais: Provisão para Devedores Duvidosos	-	-
Mais: Perda na Venda de Imobilizado	-	-
Mais: Outras Provisões	-	-
<b>Aumento/Redução Ativo</b>	-	-
Aumento/Redução em Duplicatas a Receber	-	-
Aumento/Redução em Estoques	(996.184)	158.598
Aumento/Redução em Impostos a Recuperar	750	-
Aumento/Redução em Despesas do Exercício Seguinte	-	-
Aumento/Redução em Créditos Não Circulante	-	-
Aumento/Redução em Créditos Diversos	(26.899)	-
<b>Aumento/Redução Passivo</b>	-	-
Aumento/Redução em Fornecedores	7.512.076	(1.170.352)
Aumento/Redução em Obrigações Trabalhistas	3.401.352	(152.856)
Aumento/Redução em Obrigações Tributárias	(38.783)	(3.976)
Aumento/Redução em Débitos Diversos	369.020	8.609
Aumento/Redução em Débitos Contas a Pagar	-	-
<b>(=) Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais</b>	<b>9.934.850</b>	<b>1.025.809</b>

<b>Atividades De Investimento</b>		
Investimentos	132.871.526	2.297.126
Aquisição/Venda de Imobilizado	(130.263.315)	72.472
<b>( = ) Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos</b>	<b>2.608.211</b>	<b>2.369.598</b>
<b>Atividades De Financiamento</b>		
Aumento de Capital	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-
Conta Corrente com Sócios	-	-
Empréstimos	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-
<b>( = ) Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>( = ) (Redução)/Aumento Líquido nas Disponibilidades</b>	<b>R\$ 12.543.061,25</b>	<b>3.395.407</b>
Saldo de Caixa Início do Exercício	4.941.623	1.546.216
Saldo de Caixa Final do Exercício	17.484.685	4.941.623
<b>( + ) Saldo de Caixa + Equivalente Caixa Atual</b>	<b>R\$ 12.543.061,25</b>	<b>3.395.407</b>

JEZIEL BARBOSA  
FERREIRA:476308411  
91

Assinado de forma digital  
por JEZIEL BARBOSA  
FERREIRA:47630841191

JEZIEL BARBOSA FERREIRA  
DIRETOR PRESIDENTE  
CPF: 476.308.411-91

DANIEL  
SOARES DE  
FARIA:  
04271646130

Assinado digitalmente por DANIEL SOARES  
DE SOARES DE FARIAS  
DN: CN=DANIEL SOARES DE FARIAS, OU=Instituto de  
Pesquisa Federal de Goiás - IPIG, OU=IPIG,  
AC=IPG, OU=GOIÂNIA, OU=GO, O=BRASIL  
CONFIRMAÇÃO DA ASSINATURA  
DE DANIEL SOARES DE FARIAS  
Data: 2022.06.21 10:30:33 -0300  
Post: PDF Reader Versão: 1.1.2.2

DANIEL SOARES DE FARIA  
Reg. no CRC - GO sob o No. 024184/O-9  
CPF: 042.716.461-30



## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

O Instituto CEM é uma associação civil sem fins lucrativos com sede em Goiânia-GO, que tem por atividade preponderante o desenvolvimento de atividades de apoio à gestão de saúde, fundada em 2010 com o objetivo principal de oferecer gestão administrativa para hospitais de responsabilidade da União.

#### Imunidade tributária

O Instituto CEM é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

#### Forma jurídica conforme legislação vigente

O Instituto CEM é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo Estatuto social que contempla os artigos 44 ao 61 do Código Civil.

#### Características da imunidade

O Instituto Cem é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há fato gerador (origem da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

#### Requisitos para imunidade tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). 9 O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Instituto CEM e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos

a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.41 do Estatuto Social);

b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.42 do Estatuto Social);

c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. NOTA 19 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA AO INSTITUTO CEM - é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei No. 9.532/97, Lei No. 11.096/06 e Lei No. 12.101/09 e Decreto 7.237/10 NOTA 20 – CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO AO INSTITUTO CEM é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1º da Lei No. 12.101/09, e por isso é reconhecida como Entidade de Gestão de Saúde (isento), no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida);
- existe o fato gerador (origem da obrigação tributária), mas a Instituto CEM é dispensada de pagar o tributo;
- há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

### **Requisitos para manutenção da isenção tributária ao Instituto Cem**

É uma entidade DE GESTÃO DE SAÚDE e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09, cumpri os seguintes requisitos: ESTATUTÁRIOS

- não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- aplicar suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas;
- possuir certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- manter sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- conservar em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- cumprir as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- elaborar as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

## **2 Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil definidas na ITG 2002 e na NBCT nº 1000 do Conselho Federal de Contabilidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, exige que a Administração aplique julgamento na aplicação das práticas contábeis e utilize estimativas e premissas para determinar os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Faz parte inerente de qualquer processo de estimativa ocorrer diferenças entre os valores estimados e os valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e incertezas associadas às estimativas e julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas notas explicativas.

**e. Data de aprovação das demonstrações financeiras**

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 09 de fevereiro de 2022.

### **3 Principais práticas contábeis**

O Instituto aplicou de forma adequada as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**a. Reconhecimento de receitas**

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas Gestão de Saúde são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam e assim possam ser confiavelmente mensurados.

*(i) Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

**b. Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamento a fornecedores, outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, fornecedores, adiantamentos de clientes e outras obrigações, que são avaliados com base no custo amortizado. Os critérios de avaliação atendem às Seções 11 e 12 da NBCT 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas.



**a. Caixa e equivalentes a caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Instituto na gestão das obrigações de curto prazo.

**b. Contas a receber**

As contas a receber estão registradas conforme provisão de repasse pré-determinado pela Secretaria de Saúde do Estado de Goiás. Sendo devidamente reconhecido no momento do recebimento das verbas em cumprimento do contrato. A parte contratual ainda não recebida no contrato está devidamente registrada em uma conta transitória para fins de reconhecimento do montante da verba a ser aplicada em todo contrato de gestão.

**c. Estoques**

Os estoques foram implantados de acordo com histórico da antecessora, com contagem efetiva somente no início de cada policlínica e hospital. Durante todos os meses o estoque é contado e consolidado de acordo com o sistema MV. Estoque de terceiros com medicamentos de alto custo, para distribuição nas policlínicas.

*(i) Reconhecimento e mensuração*

Os itens do estoque são mensurados pelo método UEPS (último a entrar, primeiro a sair), que consiste em considerar o último valor da mercadoria para cálculo do custo.

**d. Imobilizado**

Os valores implantados a partir do histórico da antecessora, com contagem efetiva de acordo com o início de cada policlínica e hospital. Ativos adquiridos dentro da evolução do contrato, conforme estabelecido na cláusula segunda – das obrigações e responsabilidade do parceiro privado - 2.6 – ...” *patrimonialização pública dos bens móveis e imóveis, adquiridos com recurso de gestão pública.*”

Todos os bens adquiridos foram reclassificados para o Ativo Imobilizado composto em contas de compensação, conforme definido pela norma estabelecida pela Secretaria de Saúde de Goiás.

*(ii) Reconhecimento e mensuração*

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e de qualquer perda não recuperável acumuladas (impairment), quando aplicável.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**e. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

**f. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**g. Provisão para demandas judiciais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa;) Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados;) Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

**Política contábil:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Instituto na gestão das obrigações de curto prazo.

	2021	2020
Caixa	0	0
Banco conta movimento	2.615.545,96	3.395.845,96
Aplicações financeiras (i)	14.869.138,54	1.545.777,29
<b>Total</b>	<b>17.484.684,50</b>	<b>4.941.623,25</b>

## 5 Contas a receber

**Política contábil** – as contas a receber estão registradas conforme provisão de repasse pré-determinado pela Secretaria de Saúde do Estado de Goiás. Sendo devidamente reconhecido no momento do recebimento das verbas em cumprimento do contrato.

O contrato de gestão do Hospital Estadual de Jaraguá deu início em 01/2021 com valor de R\$4.112.505,70 com um recebimento de despacho N° 579/2021, em 03/2021 iniciou o contrato de gestão N° 06/2021 com o valor de R\$13.218.768,78 finalizando em 19/09/2021.

Em 10/2021 iniciou 2° termo aditivo contrato 06/2021 no valor R\$16.076.651,46 referente prorrogação do contrato.

	2021	2020
Contrato de gestão 63/2018 Prefeitura de Ribeirão Pires	2.737.834,41	2.737.834,41
Contrato de gestão 107/2018 Hutrin	1.526.098,69	2.385.625,47
Contrato de gestão 51/2020 e recurso hemodiálise Posse	43.214.220,48	61.073.995,62
Contrato de gestão 65/2020 Goianésia	57.055.165,09	0
Contrato de gestão 06/2021 Aditivo contrato e repasse complementar COVID 03/2021	11.202.209,10	0
Contrato de gestão 01/2021 Quirinópolis	59.878.593,49	0
<b>Subtotal</b>	<b>175.614.121,26</b>	<b>66.197.455,50</b>

## 6 Estoques

**Política contábil** – Os estoques foram implantados de acordo com histórico da antecessora, com contagem efetiva somente no início de cada policlínica e hospital. Durante todos os meses o estoque é contado e consolidado de acordo com o sistema MV. Estoque de terceiros com medicamentos de alto custo, para distribuição nas policlínicas.

	2021	2020
Estoque de medicamentos	302.361,12	34.767,22
Estoque de almoxarifado	175.638,08	32.657,01
Outros estoques	676.781,60	93.173,07
Estoque de terceiros	598.862,00	0
<b>Total</b>	<b>1.753.642,80</b>	<b>160.597,30</b>

## 7 Adiantamentos a fornecedores e colaboradores

**Política contábil** – o saldo aplicado em adiantamento a fornecedores se dá por pagamento em duplicidade ao fornecedor, o valor será abatido em compras futuras.

O saldo aplicado em adiantamento a funcionários refere-se adiantamento de férias.

	2021	2020
Adiantamento a funcionários	6.167,15	0
Adiantamento a fornecedores	20.736,03	4,70
<b>Total</b>	<b>26.903,18</b>	<b>4,70</b>

## 8 Imobilizado com restrição

**Política contábil:** Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Os valores implantados a partir do histórico da antecessora, com contagem efetiva de acordo com o início de cada policlínica e hospital. Ativos adquiridos dentro da evolução do contrato, foram devidamente lançados em conta específica de imobilizado adquirido.

Imobilizado em andamento refere-se à construção da Hemodiálise nas policlínicas.

### 8.1 Reclassificação de imobilizado com restrição

A conta de Imobilizado em Andamento foi reclassificada, retirada de Ativo Não Circulante e incluída em Ativo Compensado.

#### a. Composição imobilizado com restrição

Descrição	2021	2020
	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	21.661.864,46	6.169.364,04
Móveis e utensílios	2.391.644,53	1.406.332,31
Instalações	20.022,93	5.120,63
Veículos	295.860,04	0
Equipamentos de informática	709.868,00	466.844,40
Imobilizações em andamento	3.204.696,60	64.451,20
<b>Total</b>	<b>28.283.956,56</b>	<b>8.112.112,58</b>

## 9 Teste Impairment

Conforme CPC 01 (R1) e CFC NBC TG 1292/10, a entidade efetuou o teste de recuperabilidade dos ativos para possível desvalorização do valor dos bens pertencentes ao ativo imobilizado, e por estarem registrados pelo valor justo. Concluiu-se que não é necessária a constituição da provisão para desvalorização dos mesmos.

## 10 Fornecedores



**Política contábil-** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Sendo composto saldos a pagar referente aos contratos da Prefeitura de Ribeirão Pires, Hospital de Urgências de Trindade, Policlínica de Posse, Policlínica de Goianésia, Hospital Estadual de Jaraguá e Policlínica de Quirinópolis.

	2021	2020
Fornecedores	10.486.504,83	2.974.428,49
<b>Total</b>	<b>10.486.504,83</b>	<b>2.974.428,49</b>

## 11 Obrigações sociais e trabalhistas

**Política contábil-** Refere-se a obrigações de curto e longo prazo, com colaboradores e/funcionários reconhecidas pelo regime de competência em relação aos serviços prestados para a empresa, acrescidos dos encargos e contribuições correspondentes. A contrapartida está na rubrica de custos quando os profissionais estão atrelados ao processo produtivo e como despesas administrativas e/ou comerciais dependendo da alocação dos profissionais.

Sendo aqui representado por valores compostos por obrigações trabalhistas, sociais e provisões pelos contratos da Prefeitura de Ribeirão Pires, Hospital de Urgências de Trindade, Policlínica de Posse, Policlínica de Goianésia, Hospital Estadual de Jaraguá e Policlínica de Quirinópolis.

Os valores de passivo contingente referente as ações judiciais conforme ofício circular nº 1375/2021 – SES, ações com processo provável provisionado o valor de R\$582.031,09, ações com processo possível no valor de R\$1.320.000,00.

	2021	2020
Obrigações trabalhistas	1.428.849,83	255.023,53
Obrigações sociais a recolher	450.160,20	122.818,78
Provisões trabalhistas	2.123.207,62	223.023,83
<b>Total</b>	<b>4.002.217,65</b>	<b>600.866,14</b>

## 12 Obrigações tributárias

**Política contábil:** São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela entidade, sendo somente tributos retido na fonte, possuindo saldos dos contratos da Prefeitura de Ribeirão Pires, Hospital de Urgências de Trindade, Policlínica de Posse, Policlínica de Goianésia, Hospital Estadual de Jaraguá e Policlínica de Quirinópolis.

	2021	2020
Obrigações fiscais	232.531,67	271.314,21
<b>Total</b>	<b>232.531,67</b>	<b>271.314,21</b>

### 13 Contas a pagar

Composta de auto de infração impetrados pelo ministério do trabalho, compondo colaboradores tanto do contrato da Prefeitura de Ribeirão Pires e Hospital de Urgência de Trindade e custas cartoriais do contrato do Hospital de Urgência de Trindade.

	2021	2020
Auto de infração	26.201,29	35.676,90
Custas Cartoriais	16.215,02	27.714,57
<b>Total</b>	<b>42.416,31</b>	<b>63.391,47</b>

### 14 Patrimônio social

O Patrimônio social corresponde ao superávit e/ou déficits acumulados desde a constituição do Instituto.

### 15 Resultado

#### a. Receitas

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas Gestão de Saúde são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato – valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os ativos e passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

#### b. Custo dos materiais e serviços

	2021	2020
Custo com pessoal	11.820.605,53	614.999,15
Custo com materiais e serviços	51.464.478,36	2.142.360,24
<b>Total</b>	<b>63.285.083,89</b>	<b>2.757.359,39</b>

#### c. Despesas administrativas e gerais

	2021	2020
Despesas de pessoal e encargos	2.226.426,58	145.098,03
Aluguéis	1.504.157,27	35.872,85
Despesas de apoio administrativo	986.583,72	78.303,50
Manutenções e reparos	4.506.638,08	170.194,16

Serviços terceiros contratados	6.034.480,35	738.393,99
Rateio despesas administrativas	928.387,88	0
Despesas bancárias	179.753,02	9.121,95
–		
<b>Total</b>	<b>16.186.673,88</b>	<b>1.167.862,53</b>

**d. Resultado financeiro**

**Receita financeira**

	2021	2020
Descontos obtidos	1.373,11	0
Rendimentos de aplicações financeiras	388.912,94	533,46
<b>Total</b>	<b>390.286,05</b>	<b>533,46</b>

**Despesas financeiras**

	2021	2020
Despesas tributárias	13.815,90	0
<b>Total</b>	<b>13.815,90</b>	<b>0</b>

**16 Transações com partes relacionadas**

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da entidade e membros da família de tais pessoas.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da entidade, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, tais valores são representados pelo adiantamento.

JEZIEL BARBOSA  
FERREIRA:476308411  
91

Assinado de forma digital  
por JEZIEL BARBOSA  
FERREIRA:47630841191

Jeziel Barbosa Ferreira  
Presidente

Welliton Felipe da Silva Alves  
Diretor financeiro

Assinado digitalmente por DANIEL SOARES DE  
FARIA:04271646130  
DN: C=BR, O=DCA-Signat, OU=Secretaria de  
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB-e-CPF,  
AT=DANIEL SOARES DE FARIA:04271646130,  
OU=Validação, OU=ARBITROS CERTIFICADORA,  
OU=Validação/Arbitragem, OU=2428997000180,  
CN=DANIEL SOARES DE FARIA:04271646130  
Resolução: Eu sou o autor deste documento  
Localização: sua localização de assinatura aqui  
Data: 2022.05.26 16:12:22-0300  
Post: PDF Reader Versão: 11.2.2

DANIEL SOARES  
DE FARIA:  
04271646130

Daniel Soares de Faria  
Contador CRC 24184/GO